



INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL COM HERDEIROS INCAPAZES

Autor(res)

Flavio Ricardo Silva Sousa
Emilly Kamilly Sousa De Medeiros
Carlos Daniel Araújo Neves
Taís Sousa Silva
Evilly Sousa Aquino

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

O inventário extrajudicial é um procedimento voltado para a divisão dos bens deixados por uma pessoa falecida de forma mais célere e menos onerosa do que o inventário judicial. Entretanto a presença de herdeiros incapazes, trazem consigo a necessidade de um maior cuidado, sendo fundamental garantir a proteção desse direito durante todo o processo. A legislação brasileira exige que haja uma manifestação do Ministério Público, podendo essa ser favorável ou não, caso favorável o inventário extrajudicial segue normalmente, caso seja desfavorável o procedimento será submetido à apreciação do juízo competente.

É imprescindível que haja a participação de um advogado para orientar as partes e formalizar a escritura pública de inventário, de forma a garantir a legalidade do procedimento, sendo isso trazido dentro da Resolução 571, de 26 de Agosto de 2024 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Portanto o inventário extrajudicial com herdeiros incapazes requer um planejamento mais detalhado e cuidadoso, de forma à assegurar que todos os aspectos legais sejam cumpridos e que a proteção do direito desses herdeiros seja sempre uma questão primordial dentro da partilha dos bens deixados pela pessoa falecida.

Objetivo

O objetivo deste resumo é a apresentação da resolução nº 571 do Conselho Nacional de Justiça em relação a mudança que ela gerou no direito de família, possibilitando o inventário extrajudicial mesmo em casos que tenham herdeiros menores ou incapazes.

Material e Métodos

Para o presente trabalho foram necessárias pesquisas em sites, artigos e decisões do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), afim de obter as informações mais precisas e recentes sobre o tema, utilizando como métodos a análise e discussões para apuração das informações com o objetivo de aprofundar o conhecimento a respeito do importante assunto, visto que é necessário que haja o constante estudo a respeito de temas atuais e sobre a atualização de temas já existentes, levando em consideração que se tratam de assuntos relevantes não somente a quem estuda, mas sendo também importante ao conhecimento da população.



Resultados e Discussão

A recente medida do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) torna possível a partilha extrajudicial em inventários que incluam herdeiros incapazes, com o objetivo de diminuir a carga sobre o Judiciário. Nesse novo procedimento, os cartórios precisam enviar uma escritura pública de inventário ao Ministério Público, que emitirá um parecer. Caso o MP impugne, o caso será encaminhado a um juiz, assim como está disposto no Art. 12-A, §4º, da Resolução 571 do CNJ, in verbis:

Art. 12-A. O inventário poderá ser realizado por escritura pública, ainda que inclua interessado menor ou incapaz, desde que o pagamento do seu quinhão hereditário ou de sua meação ocorra em parte ideal em cada um dos bens inventariados e haja manifestação favorável do Ministério Público.

§ 4º Em caso de impugnação pelo Ministério Público ou terceiro interessado, o procedimento deverá ser submetido à apreciação do juízo competente. (Resolução nº 571/2024, CNJ)

Em agosto de 2024, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permitiu o inventário extrajudicial que inclua herdeiros incapazes, assegurando a proteção dos direitos de todos os envolvidos. Essa nova diretriz modifica a Resolução do CNJ nº 35/2007 e possibilita que o inventário seja feito por meio de escritura pública, desde que exista concordância entre os herdeiros, mesmo que alguns sejam menores de idade ou incapazes.

Conclusão

Podemos concluir que a resolução nº 571/2024 do CNJ que alterou a resolução nº 35/2007 trouxe consigo novas diretrizes na aplicação jurídica. Entre as especificações trazidas pela medida aprovada pelo CNJ está a possibilidade de realização de inventário pela via administrativa, mesmo com a presença de interessados menores ou incapazes, desde que exista concordância entre os herdeiros, e respeitando a parte ideal de cada bem a que esse menor ou incapaz tiver direito, exigindo-se ainda que seja encaminhada essa escritura pública para manifestação favorável do Ministério Público. Ocorrendo assim a viabilidade de um procedimento mais simples e célere.

Referências

Agência Brasil. CNJ autoriza inventário extrajudicial mesmo com herdeiro menor incapaz. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 6 out. 2024.

Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Inventário Extrajudicial. Disponível em: anoreg.org.br. Acesso em: 8 out. 2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 571, de 26 de agosto de 2024. Disposições sobre a prática de atos de inventário e partilha por via extrajudicial.

Consultório Jurídico. Como o advogado pode fazer inventário extrajudicial. Disponível em: consultoriojuridico.com.br. Acesso em: 4 out. 2024.

JusBrasil. Como fazer um inventário extrajudicial: passo a passo. Disponível em: jusbrasil.com.br. Acesso em: 8 out. 2024.